

O TRABALHO DOS MILITARES DO BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DE RONDÔNIA FRENTE AOS DESAFIOS DAS QUEIMADAS: Um estudo sobre a precarização das condições de trabalho dos policiais ambientais¹

THE WORK OF THE MILITARY PERSONNEL OF THE RONDÔNIA ENVIRONMENTAL POLICE BATTALION IN THE FACE OF THE CHALLENGES OF WILDFIRES: A study on the precarization of environmental police working conditions

EL TRABAJO DE LOS MILITARES DEL BATALLÓN DE POLICÍA AMBIENTAL DE RONDÔNIA FRENTE A LOS DESAFÍOS DE LOS INCENDIOS: Un estudio sobre la precarización de las condiciones laborales de los policías ambientales

Jacson da Silva Sousa ²

Resumo:

O trabalho tem como objetivo discutir a precarização das condições de trabalho dos policiais ambientais que atuam no combate às queimadas em Rondônia, uma região da Amazônia gravemente afetada por práticas predatórias e desmatamento. Esses profissionais enfrentam situações de alta vulnerabilidade ambiental que impactam sua saúde física e mental, segurança laboral e direitos trabalhistas. Embora suas funções sejam cruciais para a proteção ambiental, os desafios enfrentados por esses trabalhadores recebem pouca atenção pública e institucional. A pesquisa adotará uma abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos, conforme defendido por Gil (2008) e Minayo (2014). Essa combinação metodológica é essencial para proporcionar uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno em estudo. O trabalho será organizado em etapas distintas, utilizando técnicas que possibilitem uma análise abrangente das condições de trabalho, segurança e saúde ocupacional dos policiais ambientais que atuam no combate às queimadas. A pesquisa analisará como a exposição a situações extremas de risco, a falta de infraestrutura e a insuficiência de equipamentos de proteção comprometem os direitos desses agentes. Como as condições extremas das queimadas na Amazônia afetam a segurança, a saúde e os direitos trabalhistas dos policiais ambientais que atuam em Rondônia. Os princípios fundamentais de direitos humanos e trabalhistas entram em conflito com a realidade vivida pelos policiais

¹Resumo apresentado à Área temática Alteridade, Direitos Humanos e Interseccionalidades, na 4ª Semana de Direitos Humanos da Unir. Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Possui graduação em Direito pela Faculdade Interamericana de Porto Velho. Servidor Público. Advogado. Palestrante. Especialista em Direito Penal e Processo Penal. E-mail: advjacsonsilva@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4497024859231996> <https://orcid.org/0009-0004-0072-7979>

ambientais em Rondônia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a Convenção 155 sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores (1981), garantem proteção contra riscos ocupacionais, segurança no trabalho e remuneração justa. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura direitos como salário-mínimo, limitação da jornada de trabalho e condições adequadas de saúde e segurança.

Palavras-chave: Polícia ambiental. Queimadas. Condições de trabalho. Precarização. Direitos Humanos.

Abstract:

This work aims to discuss the precarization of working conditions faced by environmental police officers combating wildfires in Rondônia, a region of the Amazon severely affected by predatory practices and deforestation. These professionals endure situations of high environmental vulnerability that impact their physical and mental health, workplace safety, and labor rights. Although their roles are crucial for environmental protection, the challenges they face receive little public and institutional attention. The research will adopt a mixed-methods approach, integrating qualitative and quantitative methods as advocated by Gil (2008) and Minayo (2014). This methodological combination is essential for providing a broader and deeper understanding of the phenomenon under study. The work will be organized into distinct stages, using techniques that enable a comprehensive analysis of the working conditions, safety, and occupational health of environmental police officers combating wildfires. The research will analyze how exposure to extreme risk situations, lack of infrastructure, and insufficient protective equipment undermine the rights of these agents. How do the extreme conditions of Amazon wildfires affect the safety, health, and labor rights of environmental police officers in Rondônia? Fundamental principles of human and labor rights clash with the reality faced by environmental police officers in Rondônia. The Universal Declaration of Human Rights (1948) and International Labour Organization (ILO) conventions, such as Convention 155 on Workers' Safety and Health (1981), guarantee protection against occupational risks, workplace safety, and fair compensation. In Brazil, the 1988 Federal Constitution ensures rights such as a minimum wage, work-hour limitations, and adequate health and safety conditions.

Keywords: Environmental police. Wildfires. Working conditions. Precarization. Human Rights.

Resumen:

El trabajo tiene como objetivo discutir la precarización de las condiciones laborales de los policías ambientales que combaten los incendios forestales en Rondônia, una región de la Amazonía gravemente afectada por prácticas depredadoras y deforestación. Estos profesionales enfrentan situaciones de alta vulnerabilidad ambiental que impactan su salud física y mental, seguridad y derechos laborales. Aunque sus funciones son cruciales para la protección ambiental, los desafíos enfrentados por estos trabajadores reciben poca atención pública e institucional. La

investigación adoptará un enfoque mixto, integrando métodos cualitativos y cuantitativos, como defienden Gil (2008) y Minayo (2014). Esta combinación metodológica es esencial para proporcionar una comprensión más amplia y profunda del fenómeno en estudio. El trabajo se organizará en etapas distintas, utilizando técnicas que permitan un análisis exhaustivo de las condiciones laborales, seguridad y salud ocupacional de los policías ambientales que combaten los incendios forestales. El estudio analizará cómo la exposición a situaciones extremas de riesgo, la falta de infraestructura y la insuficiencia de equipos de protección comprometen los derechos de estos agentes. Las condiciones extremas de los incendios en la Amazonía afectan la seguridad, salud y derechos laborales de los policías ambientales que operan en Rondônia. Los principios fundamentales de derechos humanos y laborales entran en conflicto con la realidad vivida por estos profesionales. La Declaración Universal de Derechos Humanos (1948) y las convenciones de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), como la Convención 155 sobre Seguridad y Salud de los Trabajadores (1981), garantizan protección contra riesgos ocupacionales, seguridad laboral y remuneración justa. En Brasil, la Constitución Federal de 1988 asegura derechos como salario mínimo, limitación de la jornada laboral y condiciones adecuadas de salud y seguridad.

Palabras clave: Policía ambiental. Incendios forestales. Condiciones laborales. Precarización. Derechos Humanos.

Introdução

A Amazônia, especialmente nas regiões de Rondônia e Acre, enfrenta constantes queimadas, impactando significativamente a atuação dos policiais ambientais. Esses profissionais são responsáveis por fiscalizar e combater crimes ambientais, além de atuarem diretamente no combate às queimadas. Entretanto, pouco se discute sobre as condições de trabalho e os impactos na saúde, segurança e direitos trabalhistas desses agentes. A pesquisa destaca a precarização enfrentada por esses trabalhadores, evidenciada pela falta de infraestrutura, insuficiência de equipamentos de proteção e exposição a situações de risco extremo.

O estudo propõe analisar a precarização do trabalho dos policiais ambientais de Rondônia, abordando os principais riscos enfrentados, a legislação trabalhista aplicável e as políticas de prevenção à saúde disponíveis. Segundo Standing (2011), a precarização caracteriza-se pela insegurança no emprego e ausência de direitos trabalhistas básicos, inserindo os trabalhadores em um grupo vulnerável denominado "precariado". Antunes (2018) reforça que esse fenômeno resulta da desregulamentação dos mercados de trabalho, intensificação da informalidade e

degradação das condições laborais, afetando a dignidade e saúde dos trabalhadores.

A precarização viola princípios fundamentais dos direitos humanos e do trabalho, como os estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Federal do Brasil de 1988. A exposição a ambientes insalubres, como os afetados pelas queimadas, intensifica os riscos à saúde física e mental, conforme apontam Chor e Maciel (2020). Assim, a pesquisa reforça a urgência de políticas que assegurem condições dignas para os policiais ambientais, essenciais na preservação do bioma amazônico.

Objetivo

Analisar a precarização das condições de trabalho enfrentadas pelos policiais ambientais em Rondônia durante situações de queimadas extremas.

Metodologia

A pesquisa adotará uma abordagem de métodos qualitativos para oferecer uma compreensão ampla do tema. Baseando-se em Gil (2008) e Minayo (2014), o estudo será estruturado em fases que permitirão analisar as condições de trabalho e a saúde ocupacional dos policiais ambientais envolvidos no combate às queimadas. A análise documental será central, examinando leis, regulamentos e protocolos que orientam a atuação policial.

O estudo de caso será empregado para investigar de forma aprofundada situações de queimadas extremas em Rondônia, destacando desafios e boas práticas. Por fim, uma análise estatística dos dados quantitativos será realizada, utilizando softwares para identificar padrões em indicadores como frequência de queimadas, acidentes de trabalho e saúde ocupacional. A integração dessas técnicas visa proporcionar uma análise abrangente e detalhada do contexto laboral dos policiais ambientais.

Resultados

A pesquisa proposta apresenta grande viabilidade e potencial impacto social, abrangendo aspectos essenciais para a formação profissional, a transformação da realidade regional e a promoção de melhorias na sociedade e no ambiente de trabalho dos policiais ambientais. Para a formação profissional, a pesquisa contribuirá significativamente ao integrar conhecimentos técnicos e teóricos com questões práticas, como a proteção ambiental e a garantia dos direitos trabalhistas.

Na transformação da realidade regional, a investigação das condições de trabalho e a proposição de melhorias terão repercussões diretas nas políticas públicas de Rondônia. Recomendações práticas baseadas nos resultados da pesquisa poderão subsidiar medidas que promovam a saúde e segurança dos policiais ambientais, beneficiando diretamente a eficácia de suas operações no combate às queimadas e à proteção dos recursos naturais da Amazônia.

Em termos de impacto social, a pesquisa reforça o papel estratégico dos policiais ambientais na preservação do meio ambiente e na segurança pública. Melhorar suas condições de trabalho significa não apenas atender às necessidades desses profissionais, mas também contribuir para a preservação ambiental, a qualidade de vida das populações locais e a conscientização coletiva sobre a importância da sustentabilidade.

De maneira prática e concreta, a coleta de dados permitirá a formulação de medidas que abordem as condições precárias identificadas, como melhorias em infraestrutura, fornecimento de equipamentos adequados e a implementação de políticas de saúde ocupacional. Essas ações não apenas resolverão problemas específicos, mas também fortalecerão o compromisso com os direitos humanos e trabalhistas.

Para a qualidade da prestação de serviços jurisdicionais, a pesquisa oferece uma oportunidade de aprimorar a eficiência e a segurança dos policiais ambientais, refletindo em maior confiança institucional e no fortalecimento do acesso à justiça na Amazônia.

Esse conjunto de ações demonstra a viabilidade e a relevância do projeto, com impactos positivos amplos e duradouros na formação profissional, na proteção ambiental e na qualidade de vida da sociedade. A Constituição Federal de 1988 assegura direitos fundamentais aos trabalhadores, como salário-mínimo, jornada de trabalho limitada e a garantia de saúde e segurança no ambiente laboral (Brasil, 1988). Esses direitos são essenciais para embasar a análise das condições laborais,

especialmente em contextos de precarização, sendo fundamentados pelos princípios dos direitos humanos e do direito do trabalho.

No que se refere às condições laborais em áreas de risco, como aquelas impactadas por queimadas e situações de vulnerabilidade ambiental, verificou-se que os riscos à saúde física e mental dos trabalhadores são substancialmente elevados. Chor e Maciel (2020) apontam que a exposição a ambientes insalubres, com fumaça e poluição provenientes de queimadas, aumenta significativamente a probabilidade de doenças respiratórias e outras condições físicas debilitantes.

Foram observados efeitos expressivos na saúde mental dos trabalhadores em decorrência da insegurança emocional gerada pelas condições precárias. Essa situação compromete diretamente a qualidade de vida e o desempenho no trabalho, evidenciando a necessidade de medidas eficazes para proteger esses profissionais e assegurar um ambiente laboral digno e seguro. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas e práticas trabalhistas que promovam a proteção integral dos trabalhadores, especialmente em cenários de risco ambiental.

Conclusão

O estudo sobre as condições de trabalho dos militares do Batalhão de Polícia Ambiental de Rondônia frente aos desafios das queimadas evidencia a precarização laboral enfrentada por esses profissionais. As análises revelaram que os riscos associados às

queimadas, como a exposição a ambientes insalubres e perigosos, impactam significativamente a saúde física e mental dos policiais. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure direitos fundamentais aos trabalhadores, como saúde e segurança no ambiente laboral, a aplicação prática desses direitos encontra desafios significativos no contexto das queimadas na Amazônia.

Conclui-se que a valorização e a proteção dos policiais ambientais são indispensáveis para assegurar a continuidade de sua missão, garantindo a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais. O fortalecimento das condições de trabalho é, portanto, uma prioridade estratégica que beneficia tanto os profissionais quanto a sociedade como um todo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHOR, D., MACIEL, M. **Saúde no trabalho**: queimadas e os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, n. 1, p. 123-130, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 155 sobre segurança e saúde dos trabalhadores**, 1981. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235155/lang--pt/index.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 15 mar. 2024.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic, 2011.